



QUESTÃO INDÍGENA

Dino vê genocídio na tragédia ianomâmi

Ministro da Justiça acusa gestão Bolsonaro de "omissão". Governo exonera 11 coordenadores de distritos sanitários

» TAINÁ ANDRADE
» MARIANA ALBUQUERQUE*
» ISABEL DOURADO*

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, afirmou, ontem, no Palácio da Justiça, que houve "omissão da alta administração federal" na situação em que se encontra o povo que vive na Terra Indígena (TI) Ianomâmi, em Roraima. Imagens de pessoas desnutridas, contaminadas por malária, respirando com a ajuda de máscaras de oxigênio e com as costelas à mostra chocaram o Brasil no fim de semana. Dino enviou ofício à Polícia Federal determinando que seja aberta investigação para apurar os responsáveis pelo flagelo dos indígenas.

Ele quer que seja apurada a autoria do que classificou como "crime de genocídio", devido ao acúmulo de mortes registradas — o Ministério dos Povos Indígenas estima que, dos 30,4 mil indígenas que vivem na TI, ao menos 570 crianças morrem por contaminação de mercúrio, desnutrição e fome. O número oficial ainda não foi consolidado.

"No ofício que enviei ao Dr. Andrei (Rodrigues, diretor-geral da PF), eu aludo especialmente à ação e omissão de agentes públicos. Aqui, me refiro a agentes públicos de vários níveis. Tivemos, primeiro, estímulo ao garimpo ilegal na Amazônia brasileira. Tivemos, inclusive, visita do ex-presidente da República Jair Bolsonaro a um garimpo ilegal que não tinha ainda

Reprodução / URIHI - ASSOCIAÇÃO YANOMAMI



Agentes de saúde cuidam de um idoso na Terra Indígena Ianomâmi. Para o ministro da Justiça, houve "omissão da alta administração federal"

condições de regularidade, segundo se anuncia", exemplificou Dino.

Apesar do tratamento duro, o ministro garante que a investigação se dará de forma impessoal. "A PF deve apurar se foi algo doloso ou se foi puramente negligência. Não existem zonas de perseguição ou de imunidade. Eu determino investigação de fatos, e não de pessoas. Quem

definirá isso será a Polícia Federal, mas os fatos mostram que houve omissão da alta administração federal. O que vimos no sábado é que há um desmonte na estrutura de atendimento aos Ianomâmis", detalhou.

Dino acredita que o garimpo ilegal é o principal responsável pela gravidade da situação. Segundo ele, além de provocar danos ao meio ambiente, causa

uma violação grave aos direitos humanos, pois a violência da atividade ilegal, inclusive, impede os povos indígenas de acessar o alimento, por cerceamento do direito de ir e vir. "Precisamos investigar a fundo a ação do garimpo ilegal na região e, também, essa retração nos serviços oferecidos pela saúde. Alguém mandou isso ocorrer? Foi uma medida intencional? Ou se trata de

negligência, imperícia ou imprudência?", questionou.

O *Diário Oficial da União* de ontem publicou a exoneração dos coordenadores de 11 dos 34 distritos sanitários especiais indígenas (Dseis) do país. De acordo com o documento, foi uma ação "natural do processo de transição". As exonerações não atingiram os Dseis da região que compreende a TI Ianomâmi.

Pedidos ignorados

Ao menos 21 pedidos de socorro foram encaminhados pela Urihi Associação Yanomami aos órgãos responsáveis pela TI. O Ministério Público Federal em Roraima (MPF-RR) fez duas recomendações ao Executivo, que foram ignoradas. Ontem, o órgão soltou uma nota em que resumiu a atuação judicial e extrajudicial para a proteção dos povos indígenas.

Na área judicial, o órgão solicitou a instalação de três bases de proteção etnoambiental da Funai em pontos estratégicos da TI Ianomâmi. No auge da pandemia de covid-19, também solicitou um plano emergencial para monitoramento territorial. Sobre o combate do garimpo, o MPF informou mais de uma vez que as ações governamentais eram insuficientes. Também houve o alerta de descumprimentos de ordens judiciais do STF e da Justiça Federal.

Em novembro de 2022, o MPF sugeriu a contratação de mais profissionais de saúde, com alerta sobre a alta incidência de malária, mortalidade e desnutrição infantil nas aldeias da região.

"A situação é extremamente grave e vem sendo denunciada de forma sistemática desde 2018. O avanço do garimpo cada vez mais organizado e complexo junto com o abandono do governo Bolsonaro resultou nessa situação dramática de emergência", disse o secretário adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Luis Ventura.

(*Estagiárias sob a supervisão de Vinicius Doria)

Para PF, "Colômbia" mandou matar Dom e Bruno

A Polícia Federal (PF) no Amazonas está convencida de que Rubens Villar Coelho, conhecido como Colômbia, é o mandante do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, em junho do ano passado, no Vale do Javari, oeste do Amazonas. A polícia também indiciou como cúmplice no crime Edvaldo da Costa de Oliveira. Ele é irmão do autor dos disparos contra Bruno e Dom, Amarildo da Costa, conhecido por Pelado.

O líder indígena Eliésio Morubio, coordenador jurídico da União dos Povos do Javari (Unijava), classificou como "tímida" a resposta da polícia. Isso porque a descoberta abrange apenas uma pequena parte da organização criminosa que, segundo denúncias feitas pelos próprios indígenas, atua impunemente na região.

Em entrevista coletiva na Superintendência da PF em Manaus, o delegado do caso, Eduardo Fontes, explicou que foi coletado "farto conjunto probatório" que apontou Colômbia como o "autor intelectual" do crime. Também disse que é possível afirmar que a motivação do crime foi o prejuízo do trabalho de vigilância feito por voluntários na terra indígena (TI) dava às quadrilhas que exploram a pesca ilegal nos rios da região.

"Não tenho dúvida de que o mandante foi o Colômbia. Temos provas de que ele fornecia as munições para o Jefferson e o Amarildo, as mesmas encontradas no

caso. Ele pagou o advogado inicial de defesa do Amarildo", explicou Eduardo Fontes.

Sobre Edvaldo — o terceiro suspeito preso no caso que, até então, era responsabilizado apenas por ocultação dos corpos de Dom e Bruno —, foi descoberto que ele forneceu a arma usada no duplo homicídio, uma espingarda calibre 16. "Ele não estava nas embarcações, mas entregou a espingarda calibre 16 nas mãos do Jefferson. Ele forneceu a arma de fogo que foi utilizada no crime", afirmou o delegado.

Ambos foram acusados ainda por corrupção de menores, já que um sobrinho de Amarildo também participou da ação criminosa. A PF descobriu, ainda, que Colômbia ligou, na véspera da emboscada, para um dos autores do assassinato. No entanto, a conversa ainda não foi analisada pelos peritos da PF.

Lacunas

As conclusões da PF foram divulgadas sete meses após a confirmação da morte do indigenista e do jornalista. Na época, a PF tentou induzir que o caso havia se encerrado após o resgate dos corpos, com a prisão de Amarildo e do irmão dele. Por meio de nota, em junho, a corporação chegou a anunciar que não havia mandantes, mas que "as diligências continuariam" e que poderia haver outras pessoas envolvidas.

Na época, a Univaja criticou a rapidez com que a PF deu o caso como solucionado e

Divulgação



Rubens Villar Coelho (E), o "Colômbia", está preso desde dezembro como principal suspeito de mandar matar Dom Phillips (C) e Bruno Pereira (D)

Reprodução/Redes sociais



Não tenho dúvida de que o mandante foi o Colômbia. Temos provas de que ele fornecia as munições para o Jefferson e o Amarildo, as mesmas encontradas no caso"

Eduardo Fontes, delegado da PF

chegou a divulgar uma resposta levantando a hipótese de que "organizações criminosas estariam atuando na região e que poderiam ser as responsáveis pelas mortes".

Agora, ao falar com o *Correio*, Eliésio relembrou um episódio de violência com o povo Kanamari, ocorrido em novembro do ano passado. Uma indígena foi ameaçada com uma arma de fogo por um grupo de pescadores armados. O criminoso disse que ela teria o mesmo fim de Bruno e de Dom, que estava "na lista" dele e que "não iria escapar". A indígena estava pescando no lago apelidado de Volta do Bindá,

no Rio Itacoaí, na Terra Indígena (TI) Vale do Javari. O local fica a seis horas de barco da comunidade de Cachoeira, onde Bruno Pereira e Dom Phillips foram mortos.

"Entendemos que a PF está entregando um produto em face do processo. Está superavancado, traz, em um primeiro momento, algo que já havíamos dito, quem é o mandante. Mas somente isso não elucidada, porque indicamos a entrada do mundo político, que ainda não foi respondida. Há muitas perguntas sem resposta e as incertezas permanecem", disse Eliésio Marubo.

Autoproteção

O líder indígena confirmou ao *Correio* que a Univaja e o Ministério da Justiça discutem modelos para a segurança da região. Na transição do governo, o ministro Flávio Dino se mostrou a favor da autoproteção. "Eu concordo com isso. É claro que a gente não pode, de modo algum, desejar que grupos, quaisquer que sejam eles, substituam a polícia, mas pode ser uma atuação colaborativa. Evidentemente que não poderá envolver armamento, mas vigilância do território, acho que é um caminho", esclareceu o ministro. (TA e ID)